

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

### **5. Trabalho e Cotidiano**

O cotidiano no período colonial e ao longo do século XIX foi marcado pela presença de africanos, de diferentes procedências, nas mais diversas regiões e atividades. Há registros de seu movimento nos inúmeros locais de trabalho das cidades, das minas de ouro e das fazendas. Sua atuação estendia-se pelas estradas, praças, feiras, mercados públicos e, até mesmo, em uma das poucas indústrias existentes no país, a Fábrica de Ferro Ipanema. Nesses locais de trabalho, criaram possibilidades de transformação da própria escravidão.

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Praça do Pelourinho de Alcântara – Alcântara – MA*

A coluna de pedra que se ergue hoje no Centro Histórico de Alcântara, reconhecido como Patrimônio Histórico Nacional, é um marco da autonomia municipal e da aplicação da Justiça do período colonial. Construído em frente ao edifício da Câmara ou na Praça Municipal, ficou conhecido como local de castigo aos que infringiam as leis, especialmente africanos e escravizados. Após a Proclamação da República, o Pelourinho, entendido como símbolo do poder imperial e escravista, teria sido removido do local, retornando apenas muito tempo depois com objetivo de estabelecer um marco de memória sobre um período da História do Brasil.

Referência:

PANDOLFO, Sergio Martins. Pelourinho de Alcântara (MA). *Relíquia da Memória Histórica Nacional*. Disponível em:

<http://www.sergiopandolfo.com/visualizar.php?id=2474582>. Acesso em: 12 de novembro, 2012.

Consultor: Martha Abreu

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Beco Catarina de Mina – São Luís – MA*

Com sua escadaria de 35 degraus em pedra de lioz, está localizado no Centro Histórico de São Luís. O local recebeu este nome em homenagem à Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina, uma famosa negra escrava da capital maranhense. Da região da Costa da Mina (Golfo da Guiné) na África, Catarina Mina conseguiu comprar sua alforria graças ao dinheiro conseguido com muito trabalho e serviços prestados aos comerciantes portugueses da Praia Grande. Liberta, tornou-se uma grande comerciante de farinha e senhora de escravos.

Referência:

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão: a Colônia. Vol. 1.* São Luís: Instituto Geia, 2006.

Consultor: Carolina Martins

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Árvore Baobá – Nísia Floresta – RN*

Sobre o Baobá que se destaca no centro da cidade de Nísia Floresta, antiga Papary, existe uma lenda que representa a presença africana na região, marcada no passado pelo movimento de muitos engenhos e pelo trabalho escravo. Contam que um navio negreiro vinha da África e afundou nas proximidades da Praia de Camurupim, em Papary. Um negro conseguiu se salvar, embrenhando-se na mata, acabando por chegar próximo à Igreja Matriz. Ali ele plantou uma semente que trazia em sua matula, dizendo: - “Aqui nascerá a árvore símbolo do meu país!”. O tempo passou e ali cresceu o Baobá, que está hoje em frente à rodoviária da cidade.

Referência:

Luis Carlos Freire, <http://nisiastoreporluiscarlosfreire.blogspot.com>

<http://chaopotiguar.blogspot.com/2010/08/nisia-floresta.html>

Consultor: Beatriz Mamigonian

**Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da  
História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Mercado da Praça da Preguiça – Salvador - BA*

Localizado na Praia da Preguiça, onde passa atualmente a Avenida Contorno, na antiga freguesia da Conceição da Praia, no pé da ainda hoje chamada Ladeira da Preguiça. Na antiga feira livre, reuniam-se negras vendedeiras, muitas delas africanas empregadas no comércio de peixe e outros produtos de alimentação ao longo do século XIX.

Referência:

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro, Versal, 2005.

Consultor: João José Reis

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Ruínas da Senzala do Engenho da Freguesia - Candeias- BA*

O antigo Engenho Freguesia, atual Museu do Recôncavo, mas hoje fechado, está localizado na enseada do Caboto, à margem da Baía de Todos os Santos, reunindo no mesmo local expressivo patrimônio construído e natural. De meados do século XVIII, o conjunto é constituído pela Casa Grande e Capela anexa. A edificação da Fábrica está em ruínas e há vestígios da senzala. Ali trabalharam diversos escravos trazidos da África para a próspera região de Candeias. O Engenho da Freguesia, considerado um dos mais produtivos de todo o Recôncavo no século XIX foi um dos primeiros lugares no Brasil voltados para a economia açucareira.

Referência:

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. 2ª Ed. São Paulo: CEN//Brasília, INL, 1982.

Consultor: João José Reis.

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Ruínas da Senzala do Engenho Vitória – Cachoeira – BA*

Em 1812, período de plena expansão da economia açucareira, inicia-se a construção do engenho por Pedro Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. No grande engenho, movido a água, trabalhavam centenas de escravos, muitos deles africanos, que tinham que se dividir em duas pequenas senzalas. Em 1827, o engenho foi palco de uma revolta de escravos, morrendo o feitor e seu irmão. A casa grande e a fábrica do engenho estão em ruínas. O local das antigas senzalas forma hoje uma pequena vila.

Referência:

Stuart Schwartz. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

Consultor: João José Reis

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Mina de Ouro do Chico Rei – Ouro Preto – MG*

A mina de ouro Encardideira é conhecida como mina de Chico Rei. Segundo a memória popular, Chico Rei teria sido rei africano antes de ser vendido com sua família para o Brasil. Tornou-se escravo do Major Augusto de Andrade Góis, proprietário da Encardideira. Uma versão da tradição oral sobre Chico Rei registra que, ao conseguir juntar algumas pepitas de ouro, depois de cinco anos, comprou sua alforria, a de 35 cativos, inclusive seu filho, e a própria mina, que passou a explorar com seus companheiros. Com os recursos, construiu a Igreja do Alto da Cruz em Vila Rica, onde aconteciam as coroações do rei Congo.

Referência:

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista. História de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Depoimento com Pedrina de Lourdes Santos, liderança do congado de Oliveira, cidade do interior mineiro. Entrevista realizada por Fernanda Pires Rubião – Oliveiras (MG), setembro de 2007. In: RUBIÃO, Fernanda Pires. Os Negros do Rosário. Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950-2009). *Dissertação de Mestrado*. PPGH, UFF, 2010.

Consultor: Fernanda Pires Rubião

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Sítio Arqueológico do Morro de Santana – Mariana – MG*

Trata-se de um expressivo lugar de memória da escravidão em Minas Gerais composto por um sítio arqueológico e uma comunidade de afrodescendentes. O primeiro inclui uma vasta rede de galerias subterrâneas, tanques de lavagem, ruínas de casas e capela, e objetos como cadinho, balança e antigos cachimbos. Essas relíquias são cuidadosamente mantidas pelos moradores tradicionais do morro, auto-declarados descendentes diretos dos africanos escravizados e antigos garimpeiros da região. Atualmente, tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um pedido de tombamento do sítio arqueológico. Tal pedido é acompanhado de um minucioso dossiê sobre o conjunto paisagístico dos morros de Santana e Santo Antônio.

Referência:

GONÇALVES, Andrea Lisly. OLIVEIRA, Ronald Polito. *O termo de Mariana: história e documentação*. vol. II, Ouro Preto, Imprensa da UFOP, 2004, p. 294-311.

Consultor: Cláudia Damasceno Fonseca

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Senzala da fazenda Santa Clara - Santa Rita de Jacutinga- MG*

O casarão de Santa Clara teria sido construído na segunda metade do século XVIII. A fazenda foi uma das maiores propriedades rurais do século XIX. Suas construções impressionam o visitante ainda hoje. Além de grande produtora de café, a fazenda teria sido um ponto importante de comercialização de africanos escravizados. A senzala, na parte lateral da casa grande, ainda está de pé e apresenta janelas pintadas, que dão a idéia de continuidade com o casarão, enganando quem de longe avista a grande construção. O casarão ainda mantém uma sala de castigos, situada na parte de baixo, onde estão preservadas as correntes e objetos como pranchões de madeira usados para prender os escravos.

Referência:

*DVD Memórias do Cativo*. Direção Acadêmica Hebe Mattos e Martha Abreu. Labhoi, 2005. <http://ufftube.uff.br/video/M2GWDYGDBYU7/Mem%C3%B3rias-do-Cativo>

Site consultado: <http://www.turismoaledocafe.com/2010/12/fazenda-santa-clara-santa-rita-de.html>. Acessado em 10 de abril 2013.

Consultor: Eline Cypriano/ Vanessa Gonçalves

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Chapada dos Negros – Arraias – TO*

Região ocupada originalmente pelo povo indígena Jê, foi invadida pelos bandeirantes paulistas, em busca de ouro a partir de 1730. Com a descoberta do minério, a migração foi intensa para a Chapada, que, acolheu cerca de 10 mil pessoas entre senhores e escravos. Na cidade de Arraias, são diversas as construções que a tradição oral atribui aos trabalhos dos cativos, na sua maioria africanos da Costa da Mina. O nome Chapada dos Negros deve-se ao grande contingente de mão de obra escrava africana e negra que trabalhava na exploração das minas de ouro da região.

Referência:

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. Goiânia: Kelps, 2007.

Consultor: Juciene Apolinário

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Caminho do Ouro – Paraty – RJ*

A Estrada Real é hoje um importante trajeto turístico dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Parte dela foi destruída, mas alguns segmentos ainda puderam ser recuperados para fins turísticos. O primeiro trajeto desta estrada foi aberto no final do século XVII e por ali passaram os exploradores que subiram a Serra da Mantiqueira em direção a Minas Gerais, onde o ouro foi descoberto na última década daquele século. O caminho aberto foi então chamado Caminho do Ouro porque por ele descia o minério levado para o Rio de Janeiro, e de lá para Lisboa. Mas esse era ainda o caminho dos escravos que subiam serra acima para trabalhar nas lavras e nos serviços auxiliares da mineração. A maioria desses escravos era formada por africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro e reenviados a Paraty para de lá subir a serra a pé, geralmente carregando mercadorias, até seu destino final.

Referência:

Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. pp. 76-77.

Consultor: Mariza de Carvalho Soares

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Fazenda dos Beneditinos – Duque de Caxias – RJ*

A fazenda do Iguaçu integrava um complexo de propriedades rurais e urbanas pertencentes à Ordem de São Bento do Rio de Janeiro. Em 1591, Jorge Ferreira doou aos beneditinos uma ilha no rio Iguaçu e mais duzentas braças sertão adentro. Sua filha, Marquesa Ferreira, doou, em 1596, meia légua de terras em Iguaçu com fazenda, roças, pomares e casas de telhas. Nela, como em outras propriedades da ordem, os monges empregavam a mão-de-obra mista, contando com índios e africanos. Na fazenda de Iguaçu, em 1653, os beneditinos possuíam 25 gentios da terra, que trabalhavam ao lado de 30 peças de gentio da Guiné e crioulos mulatos, e 28 escravas da Guiné.

Referência:

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580-c. 1690. *Tese de doutorado*. Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2011.

Roteiros do Museu Vivo do São Bento:

[http://visiteduquedecaxias.com.br/roteiro/8919\\_roteiros-do-museu-vivo-do-sao-bento](http://visiteduquedecaxias.com.br/roteiro/8919_roteiros-do-museu-vivo-do-sao-bento)

Consultor: Denise Vieira Demétrio

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Fazenda Lordelo – Sapucaia – RJ*

Propriedade particular situada em Sapucaia, no Vale do Paraíba, pertenceu a Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos maiores estadistas do Império, e a sua esposa (respectivamente marquês e marquesa de Paraná). As terras foram adquiridas a partir de 1836 e foram dedicadas ao cultivo de café. A mão de obra inicial foi composta por 26 africanos livres cujos serviços tinham sido concedidos ao casal dentre aqueles resgatados de navios negreiros, emancipados e postos sob tutela do Governo Imperial. Depois o casal adquiriu escravos africanos, supostamente ladinos, mas provavelmente importados depois da proibição do tráfico em 1831. Embora tenha sempre explorado o trabalho compulsório de africanos livres e africanos importados por contrabando, o grande senhor explicava o enriquecimento pela eficiente administração da mão de obra, com trabalho por tarefa e remuneração das horas extras, além de valorizar seu senso de economia e vida sem luxo.

Referência:

El-Kareh, Almir Chaiban, “O marquês de Paraná: o político e o fazendeiro”. In: *O Marquês de Paraná*. Brasília: FUNAG, 2004, 15-30

Consultor: Beatriz Mamigonian

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Senzala da Fazenda Machadinha – Quissamã - RJ*

As terras da Fazenda foram adquiridas em meados do século XVIII por João Carneiro da Silva, contratador de diamantes da Coroa Portuguesa. No local, foram construídos engenhos de açúcar. A Fazenda Machadinha é formada pela casa grande, que está em ruínas, e por antigas senzalas preservadas pelos próprios moradores, descendentes de africanos e escravos que permaneceram no local após a abolição, em 1888. Em 2001, a Prefeitura de Quissamã desapropriou todo esse conjunto, restaurou as antigas senzalas e criou o Memorial sobre a origem dos negros de Quissamã e a Casa das Artes. As ações fazem parte do Projeto Raízes do Sabor. O fado, o jongo e o boi malhadinho são expressões culturais dos descendentes de antigos escravos da fazenda.

Referência:

MACHADO, Fábio da Silva (2005). Fazenda Machadinha: memória e tradições culturais em uma comunidade de descendentes de escravos. *Dissertação de Mestrado*, Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais/PPHPBC-CPDOC.

Site consultado: <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/turismo/complexo-cultural-fazenda-machadinha>.

Consultor: Lívia Monteiro

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Zungú – Rio de Janeiro - RJ*

A casa de número 13 do Largo da Prainha, até hoje visível, parece ter abrigado reuniões conhecidas como zungús. Em 1883, a polícia da Corte teria ali prendido diversos trabalhadores portuários, participantes de zungús. Nas casas de zungú eram preparadas as refeições com angu, que serviam para alimentação dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, eram espaços coletivos improvisados ou alugados, frequentados por africanos e seus descendentes, onde procuravam reproduzir suas práticas musicais e religiosas. Desde o início do século XIX, os zungús foram proibidos e reprimidos pela polícia, como indicam as posturas municipais, mas conseguiam resistir. Nas reuniões de zungús os africanos ocupavam posições estratégicas de liderança.

### Referência:

SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

ARANTES, Erika Bastos. O Porto Negro: cultura e trabalho o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. *Dissertação de Mestrado*, Unicamp, 2005.

Consultor: Martha Abreu

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Estrada Velha de São Paulo – Santos – SP*

A partir do início do século XIX, para facilitar o trânsito entre São Paulo e a cidade portuária de Santos, começaram a ser reformados trechos de um antigo caminho. Em suas primeiras fases, a construção da estrada contou com o trabalho de escravos alugados de particulares, libertos, escravos da nação, além de colonos suíços, alemães e portugueses. A partir de 1851, grupos grandes de africanos livres foram transferidos da Casa de Correção do Rio de Janeiro para as obras em São Paulo. No alto da serra, surgiu um povoado habitado majoritariamente por africanos livres, denominado Zanzalá. Nas encostas da Serra do Cubatão também surgiram quilombos. A estrada entre São Paulo e Santos serviu, desde o começo, como rota de fuga de escravos que procuravam abrigo nos diversos quilombos existentes em Cubatão e Santos. Dentre os mais famosos, destacaram-se o do Jabaquara, organizado por abolicionistas, e o de Pai Felipe, organizado por escravos.

### Referência:

ENIDELCE Bertin, “Reivindicações e Resistências: o não dos africanos livres”.

*AfroÁsia*, 40, 2009. Disponível em:

[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/EnidelceBertin\\_Reivindicacoes%20e%20Resistencia.1.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/EnidelceBertin_Reivindicacoes%20e%20Resistencia.1.pdf). Acesso em: 11 de novembro, 2012.

MACHADO, Maria Helena P. T., *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. 2ª. edição, São Paulo:EDUSP, 2010.

Consultor: Enidelce Bertin/ Maria Helena Pereira Toledo Machado

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Floresta Nacional de Ipanema (Real Fábrica de Ferro) – Iperó – SP*

Administrada pelo Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente, inclui reserva ecológica, fazenda e prédios históricos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, siderúrgica fundada em 1810 por D. João VI. Nela trabalhavam especialistas e oficiais europeus, mas também escravos da nação e, a partir de 1835, africanos livres (africanos resgatados do tráfico ilegal e emancipados com base na legislação de repressão ao tráfico). Na Fábrica de Ferro de Ipanema, em 1837, havia 121 escravos da nação e 48 africanos livres. Em 1851, eram 152 africanos livres, boa parte deles casados, e 17 na condição de filhos. Muitos dos escravos da nação e africanos livres do serviço da Fábrica de Ferro foram transferidos para recém-fundada Colônia Militar de Itapura, em 1860, o que desativou o trabalho da Fábrica.

### Referência:

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência Escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro de São João Ipanema, 1828-1842”, *Afro-Ásia*, Salvador, v.18, p. 7-32, 1996. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n18\\_p7\\_ocr.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p7_ocr.pdf). Acesso em: 12 de novembro, 2012.

Consultor: Beatriz Mamigonian

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

*Local: Praça da Liberdade (antigo Largo da Forca) São Paulo- SP*

A atual Praça da Liberdade já foi conhecida como Largo da Forca, onde foram suplicados muitos escravos e africanos sentenciados. Atualmente, a Igreja de Santa Cruz dos Enforcados e a Capela de Nossa Senhora dos Aflitos são representantes de um complexo cultural afro-brasileiro de religiosidade e romaria. A edificação da Igreja dos Enforcados, a partir de uma cruz e um velário, teria sido motivada após execução do famoso soldado negro santista, cabo Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, em 20 de setembro de 1821. Chaguinhas teria liderado uma revolta por melhores soldos para os militares nacionais na época da Independência. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora dos Aflitos, erguido em 1779, em local bem próximo ao Largo da Forca, dedicado a receber majoritariamente escravos e suplicados, que não conseguissem enterramento nos adros das igrejas. No centro do cemitério ergueu-se a Capela dos Aflitos, que continua no mesmo lugar. Os terrenos do cemitério foram leiloados em 1885, sendo preservados apenas o Beco e a Capela dos Aflitos, que ainda hoje é um centro de romaria popular. O cemitério nunca foi escavado.

Referência:

AMARAL, Antonio Barreto do, *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980, pp. 109, 125 e 230.

VILHENA, Maria Angela, “Os Mortos estão Vivos: Traços da Religiosidade Brasileira”, *Revista de Estudos da Religião (REVER)*, n.3, 2004, pp. 103-131. Disponível : [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2004/p\\_vilhena.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_vilhena.pdf). Acesso em: 11 de novembro, 2012.

Consultor: Maria Helena P. T. Machado

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Comunidade Quilombola Guajuvira – Cariúva – PR*

A origem da comunidade remanescente de quilombos de Guajuvira vincula-se naturalmente à escravidão, mas por vias tortas. Efetivamente, sua origem decorre da trajetória de um casal de africanos livres, do qual descende a maior parte dos atuais membros da comunidade. Formado por Rita Francisca dos Impossíveis e Thomé Rodrigues Ferreira, o casal de africanos livres chegou ao Paraná na primeira metade do século XIX. Foram, então, alocados no aldeamento de São Jerônimo, onde conviviam com índios, com outros africanos livres e com escravos da nação. Rita e Thomé, após sua emancipação, em 1864, receberam seus lotes em 1867. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 2005. Atualmente, os quilombolas de Guajuvira tentam a certificação do território onde vivem há várias gerações.

### Referência:

PORTO, Liliana; KAISS, C.; COFRE, I. Quilombolas, Agentes Estatais e Proprietários. Impactos da Compreensão da Alteridade em Disputas Políticas em Guajuvira. In: *26a. Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008, Porto Seguro. Anais da 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

Consultor: Luiz Geraldo da Silva

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Invernada Paiol da Telha – Guarapuava – PR*

No século XIX, este território era parte da fazenda Capão Grande distrito de Pinhão (Guarapuava – PR). A Invernada foi doada por sua proprietária, Balbina Francisca de Siqueira, aos seus escravos e agregados articulados por laços familiares, em testamento de 1860 e inventário de 1865. A maioria desse grupo era formada por crioulos, mas havia também homens e mulheres africanos entre eles. Ao tomarem posse das terras em 1866, inicia-se paralelamente o processo de expropriação. Atualmente, os descendentes dos libertos reivindicam a titulação de suas terras como remanescentes de quilombo, as quais se acham apropriadas no âmbito da Fazenda Fundão, de propriedade da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. A antiga invernada localiza-se no Distrito de Pedro Lustosa, Município de Pinhão.

### Referência

HARTUNG, M. F. *O sangue e o espírito dos antepassados. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR*. Florianópolis: NUER, 2004.

Consultor: Luiz Geraldo Silva

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Porto de Desterro e Mercado Público – Florianópolis (SC).*

No Porto de Desterro, nas primeiras décadas do século XIX, desembarcavam africanos escravizados, vindos principalmente do Rio de Janeiro. Ali também trabalhavam cativos e libertos africanos, carregando e descarregando os navios de passagem. Em janeiro de 1851, foi inaugurado o primeiro Mercado Público de Desterro, no alinhamento da Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), junto ao mar: era um prédio retangular térreo, com portas nos quatro lados, que davam acesso ao espaço onde os vendedores alugavam 12 “casinhas” nos nichos cobertos. O aluguel das casinhas do Mercado era proibido aos escravos, que, no entanto, podiam atuar como quitandeiros e quitandeiras entre os vãos de suas colunas. Luiz Congo, Esperança Cabinda, Josefa Caçange, Zeferida Calabá, e Maria Mina, entre outros, deixaram seus nomes para a posteridade nos livros de registro da Câmara Municipal ao pagar os devidos impostos pela venda de produtos de quitanda no Mercado.

### Referência:

Santa Afro Catarina. *Programa de Educação Patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina*. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05 de novembro, 2012.

Popinigis, F. “Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro.” In Mamigonian, B.G., Vidal, Joseane Zimmerman (org.). *História diversa – africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2013.

Consultor: Vitor Hugo Cardoso e Fabiane Popinigis

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Capela de Sant'Anna – Florianópolis – SC*

A capela foi construída na praia da Armação, em 1772. Desde então, apesar de ter sofrido várias alterações, mantém-se como templo religioso. Atualmente, também se destaca como atração turística do balneário. Integrava o conjunto de construções da Armação de Sant'Anna da Lagoinha para caça e beneficiamento do óleo de baleia na costa leste da Ilha de Santa Catarina. A mão de obra da Armação era composta por trabalhadores livres e escravizados que partilhavam tarefas no mar e em terra. Os documentos da Armação Baleeira da Lagoinha registram que dezenas de africanos lá trabalharam, provenientes de diferentes regiões da África e identificados como Congo, Moçambique, Mina, Benguela, Magume, Agumi, Quisamia, Rebolo, Cabinda, Camundá, Molumbo, Mogume. Muitos desses africanos e seus filhos foram batizados na Capela de Sant'Anna entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

### Referência:

VEIGA, Eliane Veras da (Org). *Guia digital Florianópolis*. Florianópolis: IPUF, 2003.

ZIMMERMAN, Fernanda. O funcionamento da Armação baleeira na Lagoinha: hierarquia do trabalho e controle de escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). UFSC. *Trabalho de Conclusão do curso de História*. Florianópolis, 2006.

Consultor: Andréa Ferreira Delgado

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Fazenda da Tapera da Barra do Sul – Florianópolis – SC*

A propriedade compreende parte de um conjunto histórico-arqueológico datado de fins do século XVIII e início do XIX. A casa de fachada portuguesa, que ainda existe, integrava um complexo arquitetônico com engenhos de farinha, açúcar e café, alambiques, ranchos de canoa, olaria, senzala, capela, cemitério e porto. Um dos primeiros moradores foi o capitão das tropas de auxiliares, Antonio José da Costa, importante senhor de escravos e negociante da Praça do Desterro, atual Florianópolis. A mão de obra utilizada nessas atividades agrícolas era de escravos africanos e de seus descendentes.

Referência:

SILVA, Oswaldo Paulino da. Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina, parte sul. *Dissertação em História*, Porto Alegre: PUC-RS, 1996.

Consultor: Vitor Hugo Cardoso

## **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**

Local: *Sítio das Charqueadas – Pelotas – RS*

O sítio das charqueadas, tombado pelo Patrimônio Cultural do Estado em 2003, situa-se às margens do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Ali foram estabelecidas cerca de 30 charqueadas, todas elas utilizando trabalho escravo até 1850. A metade destes trabalhadores era de africanos, pelo que se pode perceber pelos batismos nos livros da Igreja. Nestas charqueadas, os escravos trabalhavam seis meses por ano nas matanças de animais e demais atividades com a carne. Nos outros seis, eram empregados na construção civil na cidade ou em olarias. Mesmo nas charqueadas preservadas, há poucos vestígios das senzalas. Apenas na de São João existe uma parede que pertenceu a uma delas.

Referência:

GUTIERREZ, Ester J.B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª Edição. Pelotas. Editora Ufpel, 2001.

GUTIERREZ, Ester J.B. *Bairro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Ed. Ufpel, 2004.

Consultor: Beatriz Loner